

AS LIÇÕES DA COMUNA DE PARIS PARA A EDUCAÇÃO

Paulino José Orso

Professor da Unioeste (PR), doutorando em educação pela Unicamp



A educação como elemento superestrutural não é autônoma e depende da forma e do modo como os homens produzem sua sobrevivência material.

A Comuna procurou pôr em prática os ideais educacionais da escola laica, gratuita, obrigatória e universal, integrando educação e trabalho. Ideais defendidos antes mesmo da Revolução Francesa, mas até hoje não concretizados no Brasil, por exemplo

Se realmente quisermos entender a educação, se quisermos demitificar o discurso redentor que a envolve, não devemos ir imediatamente a ela. Devemos partir da compreensão da forma como os homens se organizam para produzir sua sobrevivência em cada época e em cada sociedade. Ou seja, devemos partir da produção material, dos indivíduos produzindo socialmente, em cada época e em cada sociedade.

Este deve ser o ponto de partida para analisar e compreender a educação, pois, como diz Marx, “na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações de produção necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas materiais”.

A educação como um elemento superestrutural não tem vida própria, não é autônoma, nem independente da forma e do modo como os homens produzem sua sobrevivência material. A educação, portanto, depende do conjunto das relações sociais de cada momento. A partir do surgimento da propriedade, das classes sociais e das lutas de classes, diz Marx, “a história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, membro de corporação e oficial-artesão, em síntese, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns ao outros, travaram uma luta ininterrupta, ora dissimulada, ora aberta, que a cada vez terminava com

uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com a derrota comum das classes em luta”.

Ainda que variando sua forma, desde a antiguidade até os nossos dias, a sociedade tem sido a história das lutas de classes. Ao analisar a educação não podemos deixar de ter sempre presente esta realidade. A escola, a educação formal — uma das formas de que a sociedade se utiliza para educar os indivíduos para viverem nela — surge durante o escravismo, numa sociedade de classes e torna-se uma escola a ser-

*A burguesia e seus
ideólogos, embriagados
pelo progresso,
passaram a ver na
Escola a redenção
da humanidade*

viço da classe detentora do poder. E, como tal, deixa de estar voltada para o ensino da vida, pela vida e para a vida e passa-se a ensinar um saber “especializado”, privilégio das classes dominantes. Aos demais, resta a educação informal voltada para a aceitação da subserviência, da sua condição de classe e para o trabalho. Esta realidade estende-se desde o surgimento da escola até a modernidade.

Na Idade Média, em que a base da sociedade era o feudo, a Igreja detinha tanto o poder material quanto o espiritual. Através da religião

exercia a legitimação das relações de classe. A educação formal (escolas privadas), essencialmente religiosa, era privilégio de poucos, da classe dominante. Aos demais, aos servos, aos vassallos, competia trabalhar e sustentar os reis, a nobreza e o clero. Quem ousasse questionar os dogmas religiosos, a estrutura social e o poder estabelecido era tratado como herege e tido como uma ameaça à ordem social. Portanto, era julgado e, não raras vezes, condenado à fogueira pelos tribunais da Inquisição.

Na transição do feudalismo para o capitalismo, com as mudanças provocadas pelos grandes descobrimentos marítimos, pelo renascimento econômico, comercial, político e cultural, começa-se a pôr em xeque a antiga ordem e, com ela, as relações que a sustentavam. Aumenta a contestação e surge o protestantismo, dando vazão aos interesses que estavam reprimidos, porém vai ao encontro dos interesses da burguesia nascente. O protestantismo, com sua defesa da livre interpretação da Bíblia, com a defesa da liberdade de consciência, com a defesa do indivíduo como responsável pelos seus atos, atendeu perfeitamente aos interesses do capitalismo e de sua ideologia liberal.

Com os empiristas o conhecimento deixa de ser visto apenas como uma iluminação, como produto da razão e passa a ser visto como instrumento de transformação material. A burguesia percebeu que a ciência, transformada em técnica aplicada à indústria, provocaria o progresso e a transformação social. O iluminismo, o racionalismo, o em-

pirismo e o liberalismo, ao mesmo tempo que serviram para fazer a crítica, lutar contra e destruir a antiga ordem, serviram de base para a construção e consolidação da nova ordem, o capitalismo.

A burguesia e seus ideólogos, embriagados pelos progressos científicos, fascinados com as mudanças provocadas pela ciência instrumental e pela revolução industrial, passaram a ver na Escola a redenção da humanidade. Então, ao invés de continuar reprimindo os hereges e de condená-los à fogueira, ao invés de aniquilá-los, passou a educá-los e discipliná-los; passou a canalizar suas contestações e transformá-los em instrumentos dóceis, úteis e produtivos, prontos para o trabalho.

A escola passou a ser vista como um instrumento para resolver tanto os problemas econômicos quanto os sociais. Como a indústria estava em franco desenvolvimento e precisava de mão de obra “especializada”, isto é, que tivesse um mínimo de domínio dos conhecimentos necessários para operar as novas forças produtivas, a burguesia passou a defender a universalização da escola. Inicialmente foi defendida pelo protestantismo, em seguida pelos iluministas, até ser encampada pela burguesia liberal. Adam Smith, pensador burguês, chega a defender a educação pública. Se o setor privado não pudesse fazer melhor, que o Estado a oferecesse. Defende que seja laica e, até onde é possível, que seja gratuita. Depois, antes mesmo da Revolução Francesa, os princípios da escola pública, laica, gratuita e universal são assumidos pelos republicanos.

Todo esse processo de renovação iniciado com o Renascimento, na transição do feudalismo para o capitalismo, tendo a burguesia como principal sujeito histórico, atinge o apogeu com a Revolução Francesa (1789) e a burguesia torna-se politicamente reacionária e conservadora. Uma vez conquistado o poder sem ter eliminado as desigualdades e as diferenças de classes, sem ter concretizado as velhas promessas e os antigos ideais de igualdade, solidariedade e fraternidade, jogou-os para as raias da formalidade.

*Em 18 de março de
1871, a Guarda
Nacional apossou-se
da artilharia e
declarou a Comuna*

Em 1792, um levante popular em Paris provocou a derrota da Monarquia e levou à Proclamação da República. Dentre as medidas tomadas pela República destacam-se a extinção do tráfico e da escravidão, a distribuição das terras da nobreza entre os camponeses e o estabelecimento da instrução pública, gratuita e laica.

Mas, ao invés de levar a cabo as próprias decisões, sem condição de negá-las completamente, pois passaram a ser exigências populares, a burguesia tratou de criar mecanismos para mistificar o seu papel, atenuar os conflitos e garantir seu

controle. Teoricamente passou a defendê-las como direito de todos, mas na prática faz o possível para impedir que se tornem realidade.

Mesmo quando, através da pressão, o povo consegue fazer com que o governo garanta a educação a um maior número de pessoas, ela é cercada por inúmeras exigências e regras burocráticas, de tal forma que a escola não passe de uma agência disciplinadora, legitimadora e reprodutora das relações sociais.

No dia 18 de março de 1871, o Comitê Central da Guarda Nacional que havia sido organizado para manter a ordem em Paris apossou-se da artilharia, tomou posição contra a Assembléia Nacional e declarou a Comuna de Paris. À situação de exploração e de miséria a que o povo parisiense vinha sendo forçado a submeter-se desde a muito tempo, denunciava o caráter ideológico, místico e de classe das promessas e reformas burguesas. Isso fez com que os trabalhadores parisienses, num momento excepcional, reagissem, escorraçassem o rei e tomassem a direção de suas vidas em suas mãos.

Como diz a Proclamação do Comitê Central da Guarda Nacional deste dia, “os proletários da capital, em meio às fraquezas e traições das classes governantes (...) compreenderam que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder”.

Esse acontecimento transcendeu o tempo e o espaço em que ocorreu e marcou as lutas dos movimentos operários em todo o mundo. Pela

primeira vez a classe trabalhadora assumia o poder com a proposta de construir uma nova humanidade. Ao assumir o poder os comunardos, imediatamente, procuraram reorganizar o Estado, redirecionando-o para os interesses populares.

Para concretizar isso a Comuna tomou as seguintes medidas: suprimiu o serviço militar obrigatório, o exército permanente e reconheceu a Guarda Nacional como a única força armada, à qual todos os cidadãos deveriam pertencer; a burocracia estatal foi combatida; isentou-se os pagamentos de aluguéis de moradias de outubro de 1870 até abril de 1871, abonando para futuros pagamentos as importâncias já recolhidas e suspendeu a venda de objetos empenhados nos estabelecimentos de empréstimos; a propriedade privada foi abolida e as fábricas passaram a ser controladas e autogeridas pelos trabalhadores; a jornada de trabalho foi reduzida de 14, 15, 16 horas, para 10 horas diárias; decretou-se a separação entre a Igreja e o Estado e a supressão de todas as subvenções do Estado para fins religiosos, declarando propriedade nacional todos os bens da Igreja. A religião passou a ser uma questão de foro íntimo; a guilhotina, símbolo máximo do poder burguês da época, foi levada à rua pela Guarda Nacional e queimada em meio a um entusiasmo popular.

Com relação à educação, a Comuna de Paris, devido à sua curta duração (72 dias), não teve tempo de promover e implementar reformas profundas. Contudo, dentro das suas condições e possibilidades, tratou de fazer a sua parte e promover

reformas adequadas à nova forma de organizar e produzir a vida social, com vista à superação da sociedade de classes e a construção de uma sociedade igualitária, sem exploração e sem dominação.

Segundo a Circular emitida por Vaillant, delegado da Comuna de Paris para a educação, ela deveria seguir uma orientação no sentido socialista. Diz a Circular:

"Considerando que é importante que a Revolução Comunal afirme seu caráter essencialmente socialista por uma reforma do ensino, assegurando a todos a verdadeira

*A Comuna de Paris
procurou pôr em
prática a educação
laica e gratuita*

base da igualdade social, a instrução integral a que cada um tem direito e facilitando-lhe a aprendizagem e o exercício da profissão para a qual o dirigem seus gastos e aptidões;

Considerando, por outro lado, que enquanto se espera que um plano completo de ensino integral possa ser formulado e executado, é preciso decretar as reformas imediatas que garantem, num futuro próximo, essa transformação radical do ensino;

A delegação do ensino convida as municipalidades distritais a enviar, no mais breve prazo possível,

para o doravante Ministério da Instrução Pública, Rua de Grenelle-Germain, 110, as indicações e as informações sobre os locais e estabelecimentos melhor apropriados à pronta instrução de escolas profissionais, onde os alunos, ao mesmo tempo que farão a aprendizagem de uma profissão, completarão sua instrução científica e literária.

Além disso, solicita-se às municipalidades distritais que se entendam com a Delegação do Ensino, a fim de colocar, o mais rapidamente possível, as escolas profissionais em atividade."

Paris, 17 de maio de 1871

O membro da Comuna, Delegado do Ensino: Ed. Vallant.

Em matéria de ensino, apesar de a orientação das reformas educacionais ser de tipo socialista, a Comuna não teve tempo de realizá-las de acordo com a intenção desejada. A educação deveria oferecer uma educação integral, voltada para o desenvolvimento do homem todo; para a formação do homem completo, para o desenvolvimento de todas as dimensões humanas, integrando a cultura física com o ensino técnico, que era a reivindicação da Primeira Internacional.

Além disso, a Comuna procurou pôr em prática aquilo que a burguesia mistificava na teoria, isto é, procurou promover a educação defendendo a laicidade e obrigatoriedade do Estado em oferecer de forma gratuita a todos. Ordenou-se a retirada de todos os símbolos religiosos, imagens, dogmas, orações e criaram-se creches e escolas elementares para os filhos dos trabalhadores,

bem como promoveu-se uma verdadeira revolução cultural na vida cotidiana.

As medidas adotadas pela Comuna de Paris tinham um nítido caráter de classe, voltadas principalmente para o proletário. Engels diz que o objetivo final dos parisienses era a supressão de todos os antagonismos de classe entre capitalistas e operários. Ainda que ao certo não se sabia como conseguir tal intento.

Ao chegar ao poder, os comunardos perceberam que, se quisessem construir uma nova humanidade, não poderiam continuar governando com a velha máquina do Estado, um instrumento de opressão e de repressão da classe trabalhadora pela classe detentora dos meios de produção; perceberam que era preciso quebrar e destruir todo o aparato burocrático, bélico e militar da burguesia e revolucionar toda a estrutura social.

O conjunto das reformas educacionais, econômicas, políticas e culturais implementadas pela Comuna acenava para uma profunda mudança social. Isto provocou a ira da burguesia que, como diz Engels, sentindo-se ameaçada e acuada, reagiu, fez alianças com Bismarck, avançou covardemente e mostrou a que extremo de crueldade e vingança é capaz de chegar sempre que o proletariado se atreve a defrontar-se com ela como uma classe independente, que tem interesses e reivindicações próprias.

Como resultado deixou mais de 30.000 fuzilados durante a guerra em Paris e mais de 36.000 condenados às penas de morte, execução, condenação a trabalhos forçados,

deportação e prisão. Como diz Marx, “o fato inédito é que na mais tremenda guerra dos tempos modernos o exército vencedor e o exército vencido confraternizam na matança comum do proletariado. (...) A dominação de classe já não pode ser disfarçada sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são um só contra o proletariado”.

Apesar da derrota, Marx fala com entusiasmo do heroísmo e dedicação dos comunardos que lutaram. Prosper-Olivier Lissagaray também enaltece os comunardos.

“Que potente vanguarda que, durante mais de dois meses, manteve na expectativa as forças coligadas das classes governantes; que imortais soldados os que, nos mortais postos avançados, respondiam ao versalhês: Estamos aqui pela humanidade!”.

Esta foi a primeira vez na história da humanidade que os operários chegaram ao poder e promoveram mudanças em favor da maioria da população, mas não foi a primeira nem a última vez que a burguesia, usando os soldados, os próprios trabalhadores, os filhos e irmãos dos operários, revelou seu caráter autoritário e cruel.

Dentre os fatores que contribuíram para o surgimento da Comuna de Paris está o desenvolvimento da



George Pilotell

Primeira Internacional e o crescimento dos ideais socialistas. Ela não resultou de uma estratégia longamente planejada e arquitetada para assaltar o poder, nem teve um plano profundamente pensado sobre a forma de administrá-lo. Teve um tanto de improvisação em função dos acontecimentos circunstanciais e das reivindicações face ao bonapartismo precedente. Também não teve um líder ou um partido único que congregasse os interesses e forças, nem um programa previamente detalhado que orientasse a direção do movimento.

Dela participaram diversos grupos, com interesses e concepções diversas: blanquistas, jacobinos, proudhonianos, republicanos burgueses,

patriotas exaltados, internacionalistas — uma espécie de governo de coalizão. Mulheres e homens irmanados, lutando por um objetivo comum — a construção de uma nova humanidade. Não havia grandes homens. Lissagaray diz que “a força desta revolução é precisamente o fato de ter sido feita pelos homens comuns, e não por alguns cérebros privilegiados”.

A Comuna de Paris, apesar das intenções, não chegou a ser uma revolução socialista acabada, nem serve de modelo dogmático para todas as lutas operárias dos dias atuais, mas, como diz Engels, como a primeira experiência de ditadura do proletariado foi um fato sem paralelo na história até então. Por isso, certamente, já tem seu grande mérito pelo fato de ter acontecido e de somar-se a outras tantas formas de lutas subseqüentes, das quais podemos extrair lições para as lutas de hoje e amanhã.

Marx, como historiador e cronista, percebeu na Comuna os prenúncios do futuro, os indícios de uma nova época histórica. Ele sempre esteve atento ajudando a manter o curso revolucionário dentro dos princípios do internacionalismo proletário e dando apoio aos perseguidos e exilados.

Ao ser instaurada, a Comuna de Paris procurou pôr em prática os ideais educacionais já defendidos no passado, de uma escola laica, gratuita, obrigatória e universal, voltada para a formação do homem completo, integrando educação e trabalho. Nesse momento, ainda estavam muito presentes as influências iluministas e positivistas.

Entendendo que a educação e a escola correspondem à sociedade de cada momento e ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, não podemos exigir da Comuna de Paris um tipo de educação isenta das influências da época em que ocorreu ou analisá-la à luz da experiência e do acúmulo de conhecimentos e teorias que se desenvolveram posteriormente. Porém, os ideais de uma educação laica, gratuita, obrigatória e universal que a Comuna de Paris tentou colocar em prática e que, inclusive, já aparecem antes da Re-

*Devemos entender a
Educação como parte
da sociedade e não
como a totalidade*

volução Francesa, ainda não foram concretizados.

No Brasil, além da baixa qualidade da educação, os trabalhadores sequer chegam à média de quatro anos de escolaridade e existem mais de 18 milhões de analfabetos. Para maquiagem esta realidade, por um lado, o governo faz um discurso demagógico de defesa da educação pública, da universalização do acesso, mas por outro lado promove o sucateamento das instituições públicas, exige uma sobrecarga de trabalho dos professores sem lhes dar condições mínimas de trabalho; pre-

cariza a formação através das classes de aceleração, da passagem automática de uma série para outra, do rebaixamento da qualidade, da redução dos prazos para qualificação, da substituição do quadro de docentes via estagiários mestrados e doutorandos, da contratação precária de professores via CLT, sem que possam fazer pesquisa. Pretende elevar os níveis estatísticos da escolarização via rebaixamento das exigências e da qualificação. Fala em universalização, mas impõe um rígido processo de controle e seleção via privatização e mercantilização do ensino.

Mas será que nesta sociedade podemos esperar outro tipo de educação? Será que a burguesia pode concretizar a igualdade, a fraternidade e a solidariedade de fato? Será que ela pode realizar uma educação pública de qualidade, gratuita, laica e universal?

Primeiro, é preciso entender a educação como parte da sociedade e não como a totalidade e, portanto, não como absoluta. Segundo, se entendemos, como vimos, que ao longo da história a cada sociedade corresponde um tipo de escola e de educação, não resta espaço para ilusão. Esse é o tipo de educação que esta sociedade pode nos oferecer. Ela corresponde à forma como esta sociedade está organizada e como prepara os indivíduos para viverem nela mesma. Só com outro tipo de sociedade teremos outra educação. A Comuna de Paris apontou para outro tipo de relação social e para outro tipo de educação e mostrou que não é possível realizar isso nesta sociedade, que é necessário



Mahon, communard de 17 anos

destruí-la e construir uma sociedade sem classes se quisermos ver estes ideais colocados em prática.

Mas, se a Comuna de Paris foi destruída, se os princípios educacionais propostos por ela não foram concretizados, que lições nos restam? Marx diz que uma filosofia não é superada até que a realidade que a suscitou também seja superada: “Os princípios da Comuna são eternos e não podem ser destruídos; eles não deixarão de se impor cada vez mais até que a classe operária se liberte”.

Outro grande mérito da Comuna foi ter desmascarado a burguesia e desmistificado suas promessas, bem como revelado seus limites, pois não pode cumpri-las enquanto classe dominante. Além do massacre de

1871, uma infinidade de trabalhadores continuavam sendo explorados e mortos todos os dias. Isto demonstra que os ideais de igualdade, solidariedade, fraternidade e justiça social; que a educação pública, gratuita, universal, voltada para a formação do homem completo, para a formação integral do homem, para além da demagogia burguesa, só serão atingidos numa sociedade sem classes, sem fragmentação. Só nela é possível recuperar a noção de uma educação da vida, pela vida e para a vida.

Para enfrentar os desafios que se apresentam à classe trabalhadora, se não quisermos continuar cometendo sucessivos equívocos, precisamos olhar para trás, recuperar as lições da história. Como na Comuna de Paris, é necessário superar a competição que se estabelece entre as pessoas, os grupos, as tendências e os partidos que lutam pela transformação, cada um pensando que é absoluto, com respostas para todos os problemas e capaz de superar todos os desafios, sem no entanto ser capaz de se unir em torno do essencial — a superação das relações de produção fundadas na propriedade privada, a superação do Estado e das classes sociais.

Ao invés de querer reformar o Estado, melhorá-lo, torná-lo transparente, ético, eficiente e democrá-

tico, é preciso destruí-lo como trataram de fazer os comunardos no curto espaço de tempo em que estiveram no poder. Estas condições são necessárias para tornar a educação pública acessível a todos, gratuita, voltada para o bem estar do conjunto da população e para superar sua fragmentação; são condições necessárias para construir uma nova humanidade, onde o homem seja respeitado como homem.

Portanto, trata-se de lutar pela educação, mas tomá-la como se fosse separada da sociedade, sem absolutizá-la. Em se tratando de realizar uma educação de tipo diferente, é preciso lutar concomitantemente por uma sociedade de um novo tipo, sem classes, sem lutas de classes. Quem acredita na educação luta ao mesmo tempo pela transformação da sociedade. A Comuna de Paris foi destruída, mas os ideais que a fizeram surgir não desapareceram. Porque aquela foi massacrada, muitas outras deverão surgir para cumprir seu papel. Seus princípios “não deixarão de se impor cada vez mais até que a classe operária se liberte”.

BIBLIOGRAFIA

- BEER, Max. *História do Socialismo e das lutas sociais*. Lisboa: Centro do livro brasileiro. S/d.
- DUNOIS, A. Textos e documentos. In: LUQUET, P. A Comuna de Paris. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert S. A., 1968.
- ENGELS, F. Introdução à Guerra Civil na França. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- GONZÁLEZ, Horácio. A Comuna de Paris. *Os assaltantes do céu*. 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LISSAGARAY, P.-O. *História da Comuna de 1871*. SP, Ensaio, 1991.
- MARX, K. A guerra civil na França, in: Marx e Engels, Ed.Sociais, Textos 1, 1975.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos*. Trad. José Carlos Bruni et al. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores).
- MARX, K. Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- MARX, K & ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: Revista Estudos Avançados da USP. São Paulo: Vol. 12, Nº 34, set./dez. 1998.
- MARX, K. BIOGRAFIA. Lisboa: Edições Avante, 1983.